

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

1 **TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO**  
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
3 **ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,**  
4 **REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO**  
5 **DE 2010, PRESIDIDA PELO SR. JORGE**  
6 **AUGUSTO CALLADO AFONSO -**  
7 **SECRETÁRIO ESTADUAL DO MEIO**  
8 **AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, E**  
9 **SECRETARIADA PELO SR. PAULO**  
10 **ROBERTO CASTELLA - SECRETÁRIO**  
11 **EXECUTIVO, NO LACTEC -**  
12 **AUDITÓRIO, AV. COMENDADOR**  
13 **FRANCO 1.341, JARDIM BOTÂNICO.**

14 O Sr. Presidente:- Bom dia. Vamos dar início à nossa 78ª do Conselho  
15 Estadual do Meio Ambiente, peço à Secretaria Executiva do Conselho que proceda a  
16 verificação de quórum.

17 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Temos treze  
18 Conselheiros, temos quórum.

19 O Sr. Presidente:- Sob a proteção de Deus, declaramos aberta 78ª reunião do  
20 Conselho Estadual do Meio Ambiente. Temos na pauta, que foi enviada a todos os  
21 Conselheiros, alguns itens que serão apresentados na sua devida sequência, salvo se  
22 houver inversão de pauta. Passamos à Ordem do Dia.

23 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- A Secretaria Executiva  
24 recebeu a justificativa de falta da Procuradoria Geral do Estado, Sra. Ana Cláudia  
25 Bento Graff, e da FETAEP, Sr. Paulo Macedo, para que se conste em Ata a  
26 justificativa das faltas.

27 Também abrimos a inscrição para a Tribuna Livre que terá no máximo dez  
28 minutos dividido para cada fala. Quem se inscreve? Roberto Gava e Giácomo.

29 O Sr. Giácomo Clause (Gari):- Bom dia a todos. Sou Coordenador do Programa  
30 Nhandara de Educação Ambiental, do Gari, estou representando o Dr. Rafael Gustavo  
31 Cavichiolo. Obrigado.

32 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Alguém mais?  
33 Encerradas as inscrições, passo a palavra ao Presidente.

34 O Sr. Presidente:- Dando prosseguimento, em discussão e aprovação da Ata da  
35 77ª Reunião Ordinária. Consulto se há necessidade de leitura da Ata, uma vez que  
36 previamente receberam e considero que a ata já esteja lida. Há necessidade de leitura,  
37 antes de partimos para a discussão?

TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

38 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Bom dia. Tenho diversas observações para essa  
39 Ata e consulto se faço as observações neste momento ou em que momento devo fazê-  
40 las?

41 O Sr. Presidente:- Penso que o momento seja agora, neste momento de leitura e  
42 discussão, só pergunto se há necessidade de leitura novamente? Penso que não,  
43 podemos ir direto para as observações da mesma. Por favor, assim proceda, Dr.  
44 Roberto.

45 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Em primeiro lugar quero sugerir que daqui para  
46 frente as Atas desse Conselho citem o número das presenças, porque em todas as atas  
47 o Secretário, com muita presteza, sempre informa que há quórum, mas sugiro que seja  
48 quantificado esse quórum. Outra sugestão é de que não se aprove mais atas em forma  
49 de pacotes, como aconteceu na reunião que foram aprovadas as Atas da 76ª reunião  
50 ordinária, junto com a 15, 16 e 17ª reuniões extraordinárias de uma forma só. Também  
51 quero pedir desculpas por ter solicitado na Ata anterior que a FIEP ia indicar um  
52 representante para acompanhar as Comissões criadas pelo Presidente e acabamos por  
53 opção não indicando ninguém. Também na Ata temos uma extensa relatoria da  
54 Secretaria de Educação, foi da linha 350 até a 460, a respeito do projeto de lei ou da  
55 busca de um projeto de lei para a educação ambiental. Quero sugerir que, em momento  
56 oportuno, a SEAB e a Secretaria de Educação façam o relatório a nós dizendo como  
57 foi o grande evento de Faxinal. Também outro questionamento que deixo à Mesa, que  
58 solução tem sido dada aos oitenta e quatro proprietários rurais que comprovadamente  
59 estão com o BHC e há necessidade de se criar uma solução para isso. Aliás, a Sema  
60 parece-me que já vem tomando alguma providência. Gostaria desse relato.

61 O Sr. Presidente:- Em qual linha?

62 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Na linha 455.

63 O Sr. Presidente:- Ok., obrigado.

64 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Também na linha 652, o IAP se propôs a fazer  
65 testes com coprocessamento. Não sei se eles foram feitos, mas gostaria de conhecer os  
66 resultados. Na linha 848, a sigla RED e fui eu que levantei o assunto, consta com D  
67 apenas, a praxe é usá-lo com dois D. O restante abordarei no momento da palavra  
68 livre. Obrigado.

69 O Sr. Presidente:- Após as observações da Ata da nossa última reunião,  
70 colocamos a mesma em discussão. (Pausa). APROVADA a Ata por unanimidade.

71 Passemos agora à Ordem do Dia. Primeiro item da Ordem do Dia está a  
72 apreciação e deliberação da proposta de Resolução que “Dispõe sobre Critérios e  
73 Padrões de Ecotoxicidade para o Controle de Efluentes Líquidos lançados em água  
74 superficiais no Estado do Paraná” - relato da Câmara Temática de Controle da e  
75 Qualidade Ambiental. Neste momento passo a palavra ao Dr. Walter Horst Poniewas,  
76 para que faça o relato, uma vez que é o coordenador desta Câmara Temática.

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

77 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Bom dia a todos da Câmara Temática de  
78 Controle e Qualidade Ambiental. Acho que podemos passar para a apresentação, sem  
79 mais delongas, que será feita pelo Sr. Rodofley. Temos bastante orgulho em estar  
80 apresentando este trabalho e isso demonstra que é possível a integração entre a  
81 iniciativa pública e a iniciativa privada, porque temos tido agilidade e bons resultados  
82 nesse trabalho. Parabenizo o grupo de trabalho, em especial pela dedicação e pelo  
83 denodo com que foi realizado a pesquisa e o fechamento desse assunto.

84 O Sr. Rodofley:- Bom dia. Como o Walter disse represento aqui o CRBio, a  
85 Universidade Positiva e o Laboratório Lecotox. Então, vou apresentar a proposta que  
86 discutimos no GT sobre Critérios e Padrões de Ecotoxicidade para o Controle de  
87 Efluentes Líquidos lançados em água superficiais no Estado do Paraná.

88 A base legal, Artigo 225, diz que todos têm direito ao meio ambiente  
89 ecologicamente equilibrado e que é atribuição da coletividade e do poder público.  
90 Temos também a Lei Federal nº 9433/97 que considera a toxicidade como parâmetro  
91 na cobrança pelo lançamento de esgotos e efluentes. Temos também Resolução  
92 Conama 357/2005 que diz que o efluente não deverá causar ou possuir potencial de  
93 toxidade quando lançado em corpos hídricos. O maior objetivo foi rever, esclarecer e  
94 fortalecer os critérios ecotoxicológicos estabelecidos na Resolução CEMA 070/2009, e  
95 também da PORTARIA IAP Nº 019 que fala sobre o automonitoramento.

96 Uma coisa que é importante dizer é que essa Resolução 070/2009 não houve  
97 alteração nos limites. Então os limites continuam os mesmos. E a respeito do  
98 CONAMA 357, que hoje se encontra em revisão, não confrontas em nenhum  
99 momento, que tem hoje e muito menos a que está sendo revisada.

100 Então, alguns avanços desse grupo de trabalho da proposta que foi a  
101 participação de 19 instituições e 34 participantes. Desses, alguns estão presentes aqui  
102 hoje e institui metas para a melhoria da qualidade dos efluentes relativamente aos seus  
103 efeitos tóxicos. Hoje ela tem metas progressivas que irão ajudar a melhorara qualidade  
104 dos corpos hídricos.

105 Outro avanço é a respeito das ETE's. Até então não era exigido nenhum tipo de  
106 monitoramento para as estações de tratamento. E hoje as ETE's com vazões nominais  
107 superiores a 400 L/s - serão exigidos avaliação. Cabe lembrar que não existe um  
108 histórico de toxicidade dessas ETE's, porque até então não era exigido. Então foi dado  
109 um prazo de dois anos para que esses efluentes sejam caracterizados e que sejam  
110 definidos os limites para serem monitorados.

111 Outros avanços: 1) Define métodos e organismos para ensaios – ABNT – então  
112 os métodos que serão utilizados para monitorar a toxicidade são métodos padronizados  
113 pela ABNT, são organismos padronizados pela ABNT, que inclui organismos  
114 marinhos e estuarinos – então, até hoje não tínhamos no Estado do Paraná uma  
115 legislação específica para esses ambientes, principalmente nas atividades de dragagem

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

116 esses monitoramentos ecotoxicológicos normalmente eram exigidos ou impostos pelo  
117 IBAMA. Não tinha uma legislação estadual a respeito. 2) Define critérios de qualidade  
118 laboratorial – no sentido de assegurar a qualidade do resultado produzido. Então, a  
119 partir de agora, serão exigidos dos laboratórios que prestam serviços aqui no Estado do  
120 Paraná que tenham certificados de qualidade e para isso está assegurado quatro anos  
121 para que todos esses laboratórios que prestam serviços de ensaio de toxicidade aqui no  
122 Estado possam se adequar, acreditando seus ensaios junto a órgãos credenciados. 3)  
123 Define prazo de 4 anos para revisão e adequação da Resolução da lei.

124 Define critérios de qualidade. Bom, como havia dito são todos testes  
125 acreditados normatizados pela ABNT e terão que ser acreditados, a partir da  
126 publicação, contando quatro anos, pelo INMETRO ou qualquer outra entidade  
127 signatária ou laboratórios qualificados e aceitos pelo Instituto Ambiental do Paraná.  
128 Ou seja, se ele não for acreditado pelo INMETRO, se o IAP reconhecer esse  
129 laboratório de qualidade ele poderá prestar serviço aqui no Estado. Prazo de quatro  
130 anos já havia dito.

131 Aqui as instituições que participaram e foi uma coisa bem interessante, porque  
132 tivemos a participação da academia, tivemos das indústrias, dos laboratórios  
133 prestadores de serviço, das empresas de saneamento. Foi uma discussão bem  
134 produtiva, todo mundo participou, todos deram sua opinião, apresentaram seus  
135 problemas, discutimos soluções possíveis, foi um trabalho bem recompensador. É isso.  
136 Obrigado.

137 O Sr. Presidente:- Agradeço a apresentação de forma objetiva como ocorreu,  
138 assim esperamos que as apresentações ocorram neste Conselho, e fica constatado a  
139 importância de se constituir um documento, algo balizador para assunto específico,  
140 tais como esse, a importância da participação de vários segmentos e da própria  
141 contribuição. Esse é um documento que ele teve de dezenove participantes, todos com  
142 participação bastante efetiva, pelo o que até então acompanhamos, e retorno a palavra  
143 ao coordenador da Câmara Temática para considerações finais.

144 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Gostaria de ressaltar a qualidade dos  
145 técnicos e do trabalho elaborado, tanto para essa Resolução quanto para a Resolução  
146 de coprocessamento, as discussões que temos tido, gostaria de realmente de reforçar  
147 que temos que dar espaço para as discussões e dar espaço para essas construções, o  
148 Paraná tem como construir e servir como parâmetro para muita coisa que pode ser  
149 balizadora para o Brasil.

150 Gostaria de agradecer o trabalho, principalmente da Ana Márcia, que  
151 infelizmente não está aqui no momento, e agradecer a todos os participantes do grupo  
152 de trabalho.

153 O Sr. Presidente:- Passado o momento da apresentação e considerações do  
154 Coordenador, colocamos a mesma em votação por este Conselho para fins de

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

155 encaminhamentos oficiais na sequência. Então a Resolução está em votação por este  
156 Conselho, peço que aqueles que aprovam permaneçam como estão. (Pausa). Antes da  
157 aprovação, como esse processo foi amplo, democrático e tivemos momento da  
158 participação de todas as entidades, antes de partirmos para a votação final, pergunto se  
159 existe alguma observação por parte da plenária, referente ao texto da Resolução.

160 O Sr. Volnei Bisognin (Presidente do IAP):- Secretário, temos uma observação.  
161 Discutimos muito e até com a Dr. Ednéia, o IAP gostaria de um tempo a mais, de uma  
162 semana, para avaliarmos essa Resolução. É uma Resolução que altera sobremaneira o  
163 que está sendo feito hoje e acreditamos que devemos estudar, principalmente o IAP  
164 como órgão licenciador que terá que usar essa Resolução. Gostaríamos de ter um prazo  
165 de sete dias para mandarmos algumas observações a respeito dessa Resolução.

166 O Sr. Presidente:- Pelo o que observo parece-me que o prazo não foi suficiente  
167 para que o IAP se manifestasse. Coloco em votação para a plenária se aprovam o prazo  
168 de sete dias para manifestação do IAP. Em votação. (Pausa).

169 O Sr. Paulo Aparecido Pizzi (Mater Natura):- Só uma questão de  
170 esclarecimento. Se for aprovado esse prazo como se daria, teríamos outra reunião  
171 extraordinária, como seria a aprovação?

172 O Sr. Presidente:- Caso seja aprovada a solicitação do IAP, teremos que ter uma  
173 reunião extraordinária para deliberarmos sobre esta matéria sobre as eventuais  
174 contribuições que o IAP tenha porventura a fazer.

175 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Sr. Presidente, consulto o coordenador desta  
176 Câmara Temática da qual fiz parte, mas não lembro se o IAP fazia parte desta grupo  
177 de trabalho.

178 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- O IAP foi convidado para todas as  
179 sessões, todos os trabalhos e não compareceu a nenhum deles, como tem sido usual  
180 por parte do IAP, perdoe-me a menção, nos trabalhos das Câmaras. Sugiro que seja  
181 avaliado com bastante cuidado esse assunto, porque demandou bastante tempo e muito  
182 trabalho para que tenhamos o processo frustrado desta forma.

183 O Sr. Presidente:- Muito bem, então finalizando, colocamos em votação a  
184 concessão de prazo de sete dias para a manifestação do IAP e retorno à Câmara  
185 Temática. (Pausa). APROVADA, com um voto contra. Peço que, no prazo de sete  
186 dias, as observações sejam enviadas impreterivelmente à coordenação da Câmara  
187 Temática.

188 A Sra. Ednéia (SEMA):- Gostaria que esse prazo também se estenda ao  
189 Instituto das Águas, porque essa Resolução também afeta a questão de procedimentos  
190 de outorga.

191 O Sr. Presidente:- O Instituto das Águas não se manifestou sobre essa  
192 necessidade, consulto o Instituto das Águas se há necessidade, uma vez, até onde  
193 acompanhamos, participou das reuniões.

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

194 O Sr. João Samek (Instituto das Águas):- Houve a participação do Instituto das  
195 Águas e já temos os critérios que utilizamos para a emissão das outorgas de efluentes.  
196 Então, respeitamos. Temos toda uma tramitação estabelecida e respeitamos os critérios  
197 estabelecidos pelo IAP. Tão logo seja feita essa análise de aprovação do atendimento,  
198 o processo é sempre direcionado ao IAP para que ele também atenda ao que for  
199 aprovado e vigente na normatização. Esse é o esclarecimento. Nesse caso temos os  
200 procedimentos de outorga que já tem vistoria, mas a hora que tivermos uma nova  
201 legislação será submetida necessariamente ao IAP, então aguardamos a análise por  
202 parte do IAP. Óbvio que se tiver alguma manifestação, alguma situação que seja  
203 provocada, algum processo na questão da outorga, então posteriormente nos  
204 manifestaremos.

205 O Sr. Presidente:- Veja, a votação já ocorreu, não foi concedido o prazo, acho  
206 que esse assunto de certa maneira já está encerrado. Só fazendo uma correção, o IAP  
207 participou de uma reunião sim, não faltou de todas, tem uma que ele participou que foi  
208 no dia 28 de abril, teve a participação na Câmara Temática.

209 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Então, confirmando, como o senhor acabou de  
210 dizer, não foi concedido o prazo de sete dias.

211 O Sr. Presidente:- Verificando a votação, então. Em votação. (Pausa).  
212 APROVADO. Fica concedido ao IAP sete dias para manifestação e devolução à  
213 Presidência da Câmara Temática.

214 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Seria muito produtivo, Sr. Presidente, se em sete  
215 dias decorridos, a partir de hoje, o IAP não se pronunciar a Resolução estaria  
216 automaticamente aprovada, porque os sete dias podem virar oito.

217 O Sr. Presidente:- Vamos, então, fazer alguns esclarecimentos. Sete dias úteis e  
218 colocamos em votação essa proposta: caso não ocorra manifestação do IAP em sete  
219 dias a proposta está automaticamente aprovada. Em votação. (Pausa). APROVADO.  
220 Um bom trabalho ao IAP nesses sete dias.

221 Próximo item da nossa pauta, conforme já falado em reuniões anteriores e  
222 solicitado, alguns esclarecimentos sobre o Fundo Estadual de Meio Ambiente, pelo o  
223 que nos conta a história parece que isso nunca ocorreu neste Conselho. Então, neste  
224 momento da gestão do Governo Orlando Pessuti, além de fazer uma apresentação  
225 sobre esses procedimentos também estamos instrumentalizando alguns itens que  
226 estavam até então impedidos de ter o seu procedimento normal. Eu não diria  
227 impedidos, mas a não existência de alguns instrumentos legais não davam total  
228 plenitude de algumas ações. Então, dentro desta linha, criamos o Comitê de Bens  
229 Lesados e a Dra. Ednéia fará um breve relato a respeito do mesmo. Penso, então, que  
230 seria importante começarmos a falar sobre o Fundo Estadual de Meio Ambiente, um  
231 repasse de informações dos últimos exercícios, já adiantando a vocês que a totalidade  
232 dos exercícios apresentados já tive a aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado do

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

233 Paraná, tivemos essa chancela pela corte máxima de contas do Estado. 2009 ainda não,  
234 porque se encontra em análise naquela corte ainda. Então, neste momento, passo a  
235 palavra ao Presidente do IAP, Dr. Volnei Bisognin, para que faça os devidos  
236 esclarecimentos juntamente com sua equipe. Nós o Dr. Everton, nosso Diretor  
237 Administrativo do IAP juntamente com sua equipe e temos a nossa Diretora Geral,  
238 Dra. Cristiane, que também se encontra à disposição para eventuais esclarecimentos.  
239 Por favor, Dr. Volnei.

240 O Sr. Volnei Bisognin (Presidente do IAP):- Bom dia a todos. Como bem  
241 colocou o Secretário é uma data memorável, porque o Conselho pede há muito tempo  
242 essa prestação de contas, então hoje vamos esclarecer o que está sendo feito com o  
243 dinheiro do Fundo Estadual de Meio Ambiente. A lei que criou é de 2000, na verdade  
244 o Fundo Estadual de Meio Ambiente começou com a multa da Repar, da Petrobras,  
245 que houve no ano de 2000. Então, entrou 40 milhões, mas naquele ano não teve  
246 nenhuma aplicação porque não tinha orçamento e, a partir de 2000, começou  
247 efetivamente o Fundo Estadual de Meio Ambiente a ser utilizado pelo sistema Sema.  
248 De 2001 a 2005 não será o tema da nossa apresentação, então vamos comentar, de  
249 2005 até os dias atuais, o que foi feito com esse valor arrecadado.

250 De onde vem esse dinheiro? Esse dinheiro, como está na lei, vem de várias  
251 fontes, mas principalmente das multas aplicadas. Tem dotação orçamentária, tem  
252 convênios, é um monte de coisas, mas principalmente são as multas. Aquela multa que  
253 é aplicada, aquela multa administrativa que é aplicada cai nesse fundo.

254 Vamos colocar de forma geral, não vamos esmiuçar, e quem tiver alguma  
255 dúvida de qualquer coisa, temos todos os balanços aprovados pelo Tribunal de Contas  
256 e quem tiver interesse em se aprofundar, os balanços estão à disposição e podem ser  
257 consultados a qualquer momento, todos devidamente aprovados pelo Tribunal de  
258 Contas do Estado do Paraná e publicado no balanço da Secretaria da Fazenda que é  
259 obrigatório.

260 Em 2005 tivemos um saldo de vinte e um milhões, em 2006 arrecadou-se cinco  
261 milhões, gastou-se onze milhões, então, essa sequência de todos os anos, hoje,  
262 31.12.2009 o nosso saldo era de seis milhões. Então, vou discorrer mais sobre esses  
263 seis milhões que tem hoje. Então, a partir de 2005 é esse o balanço que temos do  
264 FEMA. Temos hoje, com o advento do colegiado do julgamento de multas, tivemos  
265 um pequeno decréscimo na arrecadação, mas estamos envidando todos os esforços  
266 para que essa arrecadação volte ao normal. O Estado não quer ser cobrador de multas,  
267 o Estado quer que o dano seja recuperado, o processo seja agilizado. Então, temos  
268 feito nos últimos tempos, três meses, treinamentos, mudanças em portarias para que o  
269 colegiado de julgamento de multas seja realmente efetivado no Estado do Paraná.  
270 Então, ele começou ano passado com alguns avanços, alguns escritórios não  
271 começaram, mas outubro, novembro, dezembro, todos os escritórios do Paraná farão o

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

272 seu julgamento através do colegiado. Esse colegiado hoje o dinheiro também vai para  
273 o FEMA, é aplicado em projetos ambientais de recuperação ou revertido ao FEMA.  
274 Então, hoje temos aí seis milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais.

275 Bom, esse é bem atual, as nossas despesas que temos hoje, o que está  
276 disponível para ser aplicado dentro do orçamento aprovado. Os planos de aplicação do  
277 FEMA não seguem o ano fiscal, são feitos até serem interrompidos. Agora estamos  
278 estudando o plano de aplicação seis, então teremos na próxima semana ou na outra, já  
279 desmarcamos algumas vezes por alguns problemas, a reunião do Conselho de  
280 Administração e o Conselho do FEMA do Estado, que vai aprovar o plano de  
281 aplicação seis que é onde será gasto efetivamente o dinheiro com todas as suas metas  
282 previstas. É uma reunião que não acontece alguns anos e acontecerá na próxima  
283 semana ou na outra, dependendo das condições.

284 Então, só para vocês entenderem, o plano de aplicação quatro que talvez ainda  
285 não tenha acabado e já esteja usando o plano de aplicação cinco. Até acabar aquele  
286 saldo ele continua até seu término.

287 Principais ações do FEMA. Se vocês pegarem a lei verão onde pode ser  
288 aplicado esse dinheiro. Então, as principais ações, aqui poderíamos colocar milhares  
289 de ações, porque na verdade esse dinheiro serve para diária, manutenção de veículo,  
290 serve para custeio, para comprar equipamentos. É uma grande fonte de manutenção do  
291 IAP e do sistema FEMA. Claro que quando há uma arrecadação muito pequena,  
292 evidentemente que afeta até o nosso trabalho. Então, é uma fonte de receita  
293 importantíssima para a manutenção do órgão ambiental e para os programas do Estado  
294 também. Temos um programa mata ciliar que começou em 2004 e hoje atingiu a meta  
295 de cento e quinze milhões de mudas plantadas, agora em setembro atingiremos mais de  
296 cento e vinte milhões. Todos os convênios que nós temos, aproximadamente trezentos  
297 e cinquenta convênios, todos esses convênios dão para o município, deu para cada  
298 município desse ou cada entidade, tem convênio com a APPAE, com a Escola  
299 Agrícola, com penitenciária, com universidades, enfim, é um projeto muito  
300 importante, referência mundial, cabe ressaltar, se vocês consultarem o Google, é o  
301 maior programa de recuperação de matas nativas do Planeta. Não tem nada no mundo  
302 parecido. Quem no mundo deu um viveiro para cada município? Deu um carro para  
303 cada município? Dá sementes? Não existe, tá! É o maior programa de recuperação do  
304 Planeta reconhecido pela ONU, não somos nós que estamos falando, tem os seus  
305 problemas, as dificuldades às vezes, mas é um programa que atinge todas as cidades  
306 do Paraná.

307 Começamos semana passada o plantio da primavera que cada município tem a  
308 incumbência este ano de plantar quinze mil mudas e plantam. E, aí cinco milhões, hoje  
309 temos cento e quinze milhões com a recuperação de cento e cinquenta mil hectares de  
310 mata ciliar. Então, é um programa que hoje os agricultores não contestam. Hoje o

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

311 agricultor contesta alguma coisa de reserva legal, mas mata ciliar hoje é um assunto  
312 que está totalmente superado.

313 Então, gastamos no mata ciliar desde o início, em 2004, oito milhões e noventa  
314 e nove mil. Então se você for pensar que você deu um viveiro, sementes, para  
315 praticamente trezentos e cinquenta convênios e a manutenção também do IAP, dos  
316 viveiros do IAP, é um dinheiro na verdade pequeno, se você dividir entre todos os  
317 municípios.

318 Programa Força Verde. O Força Verde entra toda a fiscalização, a manutenção  
319 de veículos de áreas, alguns convênios, acho que o convênio da Mineropar também  
320 está nesse programa de fiscalização. O convênio com a Mineropar é principalmente  
321 para subsidiar o IAP nos licenciamentos minerários: pedreiras, postos de combustível,  
322 às vezes para um subsídio maior de uma autuação. Então, o Programa Força Verde é  
323 basicamente as aplicações feitas em autuações ou monitoramento. Total de seis  
324 milhões e oitocentos e cinquenta. Se gasta bastante combustível, porque tem que rodar  
325 todo o Estado do Paraná, manutenção de aeronaves – temos três aeronaves chimango,  
326 os aviões da Força Verde que são importante e que estão à disposição, até se alguma  
327 entidade precisar de alguma coisa, algum monitoramento, fiscalização, os faxinais  
328 talvez, poderão ser solicitados e talvez atendidos.

329 A Força Verde Mirim recebeu um prêmio na Suécia, um prêmio internacional.  
330 Não é aquela criança que vai multar o pai em casa, é aquela criança que está sendo  
331 formada, dentro dos princípios legais e ambientais. Hoje a educação ambiental é  
332 fundamental, o trabalho da Força Verde é espetacular e está sendo premiado no mundo  
333 todo. A Força Verde, dentro do Governo Pessuti, temos conversado muito com eles  
334 para fazerem uma ação primeiro preventiva de convencimento. Claro que pegar o cara  
335 desmatando um alqueire de araucária você tem que autuar, mas sempre dentro de uma  
336 visão ambiental. Hoje temos no Paraná mais ou menos vinte e oito mil multas sendo  
337 julgadas, essas multas as mais variáveis possíveis, algumas coisas muito pequenas,  
338 porque às vezes não vale nem a pena cobrar. Se você for colocar uma multa de  
339 quinhentos reais na Dívida Ativa, por exemplo, não vale à pena nem cobrar. Então  
340 esse tipo de coisa, essas infrações muito pequenas, essas infrações de pescador com  
341 caniço pescando na piracema, são coisas que se pode muito bem fazer um trabalho de  
342 educação ambiental muito grande antes da autuação, porque você pegar uma varinha  
343 de pesca da pessoa não vai resolver o problema ambiental. Então, tem-se que fazer um  
344 trabalho muito antes e aí que a Força Verde Mirim vai autuar, principalmente na sua  
345 casa e na sua escola.

346 Recuperação de áreas degradadas. São os fundos de vale, é um programa que  
347 hoje não temos muitos municípios, mas é um programa muito importante  
348 principalmente para o poder público ocupar aquelas áreas. Se o poder público não  
349 ocupá-las alguém vai ocupar, temos vários exemplos. Enquanto o poder público não

TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

350 tapa uma área, não cuida de uma erosão do fundo de vale alguém vai usar,  
351 principalmente para depositar os resíduos da construção civil, que hoje é um problema  
352 sério. Então, temos investimento de um milhão e trezentos e cinco. Hoje temos  
353 basicamente seis municípios com convênios, mas é uma coisa muito importante que  
354 temos que retomar com força total, porque conseguimos que os municípios façam um  
355 planejamento e ocupem essas áreas para o bem da população.

356 Unidades de conservação. Aí é o dinheiro investido nas unidades de  
357 conservação. Na verdade hoje, pelas medidas compensatórias que há pouco tempo  
358 estamos implementando - as compensatórias, pessoal, é o seguinte: pela lei 0,5%, tem  
359 um cálculo, de cada investimento vai para medidas compensatórias no licenciamento  
360 ambiental. Vamos dizer que uma obra deu um bilhão, ele terá que aplicar 0,5% em  
361 medidas compensatórias e essas compensatórias serão aplicadas em unidades de  
362 conservação. Então, na verdade, hoje, o dinheiro do FEMA não estamos utilizando  
363 muito para as unidades de conservação, estamos utilizando mais as medidas  
364 compensatórias.

365 No Museu de Geologia de Vila Velha fizemos uma aplicação de dois milhões e  
366 está praticamente concluído. Vila Velha é um parque que está sendo totalmente  
367 revitalizado, é um parque que é um cartão de visitas para o Paraná, está sendo  
368 totalmente revitalizado. Estamos fazendo um convênio com a Eco Paraná no final do  
369 ano. A Eco Paraná vai contratar as pessoas que farão o acompanhamento turístico,  
370 porque o IAP faz a gestão da unidade de conservação, agora a parte turística não é bem  
371 o nosso *metiê*, então vamos deixar para quem entende que é a Eco Paraná.

372 A partir do ano que vem terá o concurso, a Eco Paraná tomará conta dessa parte  
373 que é de turismo de Vila Velha.

374 O Jardim Botânico de Londrina. É uma obra fantástica, quem não conhece e se  
375 tiver oportunidade, é um esclarecimento, na verdade a fonte de recurso do Jardim  
376 Botânico vem do Tesouro, não é dinheiro do FEMA, ela usa o orçamento do FEMA,  
377 uma parte, mas é um dinheiro que vem do Tesouro do Estado.

378 Aqui temos uma obra muito importante que pouca gente conhece que é o centro  
379 integrado de Paranaguá que foi inaugurado há pouco tempo, onde integra todas as  
380 pessoas militam e trabalham naquela região na parte ambiental, Polícia Federal,  
381 Polícia Ambiental, o IAP. Fica atrás do escritório do IAP. Quem tiver oportunidade de  
382 conhecer é uma obra que está pronta e foi investido pelo FEMA novecentos e quarenta  
383 e três mil reais.

384 Rapidamente colocando, queremos dizer que todos esses balanços foram  
385 aprovados pelo Tribunal de Contas sem ressalva, não temos praticamente ressalva na  
386 aplicação e qualquer pergunta que vocês tenham, qualquer questão, qualquer coisa  
387 mais aprofundada, estamos ali com aquela pequena pilha de papéis e quem quiser se

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

388 aprofundar podemos passar a cópia, etc. porque é de conhecimento público e todos  
389 têm que ter conhecimento.

390 O Sr. Presidente:- Só lembrando para os eventuais interessados em examinar  
391 de uma forma mais próxima a prestação de contas que o faça formalizando junto à  
392 Presidência para que se tenha controle da documentação, para quem foi e quando  
393 voltará principalmente.

394 O Sr. Volnei Bisognin (Presidente do IAP):- Então, temos uma norma de  
395 documentos, uma norma legal de pedido de cópias, mas está à disposição, quem quiser  
396 qualquer ressalva, algum esclarecimento, hoje estão aqui presentes o nosso diretor  
397 financeiro, a nossa coordenadora das contas do IAP, o Fabiano que é o rapaz que cuida  
398 do FEMA, estamos à disposição para esclarecimentos. Muito obrigado a todos.

399 O Sr. Presidente:- Agradeço ao Dr. Volnei Bisognin pela explanação bem como  
400 a participação da equipe do IAP envolvido com o Fundo Estadual de Meio Ambiente  
401 bem como a presença da nossa diretora geral, Christiane, que em outros tempos atuou  
402 na Diretoria financeira do IAP.

403 Neste momento, podemos abrir para algumas observações que peço que sejam  
404 objetivas, lembrando que as observações não são referentes a prestação de contas,  
405 porque as contas já foram aprovadas pela corte máxima, que é o Tribunal de Contas do  
406 Estado do Paraná, e sim para algumas observações. O espaço está aberto mediante  
407 inscrição. Dra. Vânia, por favor.

408 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Bom dia todos. Em primeiro  
409 lugar gostaria de parabenizá-lo pelo fato de que isso realmente é um momento  
410 histórico. Precisamos dessa prestação de contas há muito tempo, é uma reivindicação  
411 que as ONG's têm feito a muitos anos e a ficamos felizes em termos conseguido  
412 chegar neste momento.

413 Fiquei com algumas dúvidas. Esses valores gastos com relação à mata ciliar,  
414 Força Verde é referente a esse último ano ou a todos esses anos desse período?

415 O Sr. Volnei Bisognin (Presidente do IAP):- É a somatória, desde 2005.

416 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Então, por exemplo, seriam seis  
417 milhões, oitocentos e cinquenta mil para a Força Verde, desde 2005 até agora?

418 A Sra. Christiane Vanzo:- Equivale a 2005, são contas que vêm no decorrer dos  
419 anos, então não é estático desse período.

420 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- É o somatório do período.

421 A Sra. Christiane Vanzo:- Sim.

422 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Então, esse é o valor total do  
423 investimento naquele período naquela rubrica.

424 A Sra. Christiane Vanzo:- Isso.

425 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Faço uma sugestão ao  
426 Conselho, que formássemos uma comissão para olhar isso e até para pensar em

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

427 algumas maneiras para que possamos influenciar no uso desses recursos, afinal o  
428 Conselho também é feito para isso. Até porque acho que seria importante também  
429 esclarecer como são feitos os gastos desses recursos, embora esteja na lei, mas não é  
430 todo mundo que conhece a lei e que tem acesso a ela. Então, seria importante dizer que  
431 são as pessoas que participam do grupo, que faz a discussão desse recurso, que faz  
432 esses planos de gastos para que possamos realmente compreender qual o nosso papel e  
433 como podemos fazer para que esse recurso se multiplique.

434 O Sr. Presidente:- A multiplicação referente à utilização, né?

435 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Isso, porque na verdade temos  
436 poucos recursos e temos que usá-lo com inteligência.

437 O Sr. Presidente:- É verdade, de uma forma racional. Num breve  
438 esclarecimento, o Conselho é formado e quem delibera sobre a destinação são as  
439 Secretarias da Fazenda, do Planejamento, Procuradoria Geral do Estado, IAP,  
440 Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura e um representante  
441 do corpo funcional do sistema Sema. As demais instituições têm total liberdade em  
442 enviar sugestões de aplicação, mediante formalização pode ser enviado à Presidência  
443 deste Conselho como sugestão de futuras aplicações para que este grupo, formado  
444 conforme a legislação, possa apreciar e fazer as devidas inclusões, caso assim seja  
445 possível.

446 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- O Volnei disse que teria uma  
447 reunião para discussão de um plano de ação, não sei se tem data específica, mas seria o  
448 caso das entidades que tiverem interesse em se manifestar, estabelecer um prazo para  
449 que apresentem essas sugestões para que ainda seja hábil para que nessa próxima  
450 discussão sejam contempladas essas discussões.

451 O Sr. Presidente:- Penso que as entidades que vierem se manifestar, manifeste  
452 via sua representação no Conselho Estadual do Meio Ambiente, uma vez que este  
453 Conselho representa várias instituições, então através dos seus legítimos representantes  
454 que detêm assento que as demais instituições assim se manifestem, para que não  
455 tenhamos manifestações esparsas, contraditórias e muitas vezes com sobreposição de  
456 emergir informações.

457 Quanto à data, a Presidência do IAP estará deliberando dentro desta semana  
458 uma data mais oportuna para essa reunião.

459 Pela sequência, Sr. Roberto Gava.

460 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Saio em apoio à proposta da Dra. Vânia, no  
461 sentido de que seja formada uma comissão para análise mais detalhada dessa  
462 movimentação, até porque é importante termos uma demonstração analítica dessas  
463 despesas, porque aqui foi demonstrado o total das despesas, mas gostaria de conhecer  
464 onde foram gastos esses valores. Assim como também, parece-me que deve estar nessa  
465 documentação, que está aí, a indicação dos diários oficiais onde está publicada a

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

466 aprovação desses demonstrativos. Se não tiver nessa documentação solicitaria que  
467 fosse indicado ao CEMA esses diários oficiais.

468 Aliás, deveria iniciar minha manifestação parabenizando essa demonstração do  
469 Dr. Volnei, porque está bem viva a necessidade de que isso é o Paraná que queremos.  
470 É bem isso, a abertura das contas públicas.

471 Sou integrante da ONG Fundação João José Bigarella que administra o Museu  
472 de Geologia que está sendo montado no Parque Vila Velha. Até vou pesquisar melhor  
473 como foi essa valorosa colaboração do IAP no valor de dois milhões, setecentos e  
474 oitenta mil, porque o Museu está no meio do caminho, ele precisa de mais recursos  
475 para ser completado, mas essa é outra discussão, entendo até que não deveria recorrer  
476 ao Fundo Estadual do Meio Ambiente para a sua manutenção e montagem. E também  
477 me causa estranheza o Fundo Estadual do Meio Ambiente alocar recursos para o  
478 Jardim Botânico de Londrina. Uma obra espetacular, meritória, mas os recursos do  
479 Fundo Estadual do Meio Ambiente têm outras prioridades.

480 O Sr. Presidente:- Dr. Gava, a discussão de prioridades é feita por uma  
481 comissão específica e penso que o Presidente foi muito claro dizendo que os recursos  
482 não foram do Fundo, utilizou-se o orçamento. A arrecadação foi fonte zero, utilizou-se  
483 o orçamento, mas a arrecadação foi fonte zero. Penso que o Presidente tenha sido  
484 bastante elucidativo quando assim procedeu. Foi isso, Presidente?

485 E quanto à questão de Vila Velha, para que a gente não se prolongue muito,  
486 deixa de estar na categoria de museu em função de uma legislação muito específica,  
487 passará a ser um centro de visitantes e um centro de pesquisa. Esse é o entendimento  
488 que o atual Governo está tendo, uma vez que devido à legislação específica dos  
489 museus teríamos muito tempo para a sua complementação e também para a gestão  
490 uma vez que o Museu exige um procurador, entre outras situações. Só para esclarecer  
491 que é um processo de gestão interna ainda e logo será cmd em público essa nova  
492 diretriz. Só para esclarecimento, em face de importância daquela instituição dentro do  
493 Parque Estadual de Vila Velha.

494 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Dr. Jorge, está uma situação muito embaraçosa  
495 para o Museu de Vila Velha, porque é um museu de uma instituição em cima de  
496 território que é de outra instituição e a Secretaria de Ciência e Tecnologia que deveria  
497 já estar agilizando esse processo não está. Estamos com alguns embaraços,  
498 dificultando inclusive que o museu caminhe para o seu final, está sendo inclusive  
499 assaltado, foi arrombado há pouco tempo.

500 O Sr. Presidente:- Embora não seja tema da nossa reunião neste momento, digo  
501 ao senhor que geralmente governar é vencer desafios e herdar algumas heranças e dar  
502 conta disso que está acontecendo. Peço que exista uma serenidade, uma tranquilidade,  
503 porque dentro em breve todas essas dificuldades estarão sendo sanadas, em ação  
504 conjunto não só com a Secretaria de Ciência e Tecnologia junto com a Universidade

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

505 de Ponta Grossa também, está no circuito, que é muito importante, começa a compor,  
506 como a própria Secretaria de Meio Ambiente entre outras instituições. Este assunto  
507 tem relevância como prioridade de Governo, ele está sendo tratado no Conselho  
508 Revisor do Estado, que é o Conselho onde existem as ações acompanhadas  
509 diretamente pelo governador. Então, passou a integrar o rol das ações do Conselho  
510 Revisor do Estado, ou seja, ações prioritárias, conforme bem me lembra aqui o  
511 Presidente. Então, até o momento ocorreu certa dose de compreensão, então peço que  
512 essa dose ocorra um pouquinho mais, porque conforme estamos demonstrando nessa  
513 gestão estamos desatando vários nós e este é um deles. Espero que dentro em breve  
514 consigamos talvez até, Secretário Geral, reunir nosso Conselho em Vila Velha. Quem  
515 sabe.

516 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Devolve-me a palavra, Presidente (Assentimento).  
517 Obrigado. Então, tendo em vista a sua presteza em atender a nossa velha reivindicação  
518 sobre a prestação de contas do Fundo, vale acatar a sua proposta que em breve teremos  
519 solução desses problemas que levantei. Muito obrigado.

520 O Sr. Presidente:- Obrigado e ressalto que seria uma solicitação velha sobre a  
521 apresentação, mas para nós nova. Em nossa primeira reunião recebemos essa  
522 solicitação e já estamos procedendo conforme nos foi solicitado. Agradeço as suas  
523 contribuições, Dr. Roberto Gava.

524 Dando prosseguimento, Dr. Giácomo.

525 O Sr. Giácomo Clause (Gari):- Seguindo uma recomendação do Dr. Rafael, ele  
526 solicitou que após a aprovação do Tribunal de Contas fosse disponibilizado via  
527 internet o processo à população. Isso acabou não sendo confirmado na sua  
528 apresentação, Presidente.

529 O Sr. Presidente:- Essa solicitação está em Ata, está formalizada? Pergunto à  
530 Secretaria Executiva.

531 O Sr. Giácomo Clause (Gari):- Foi uma solicitação do Dr. Rafael Gustavo  
532 Cavichiolo, que é o representante do Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu. Ele solicitou  
533 que isso fosse apresentado hoje, após a aprovação do Tribunal de Contas que os  
534 relatórios do Fundo Estadual de Meio ambiente fossem disponibilizados via internet.

535 O Sr. Presidente:- Após a aprovação.

536 O Sr. Giácomo Clause (Gari):- Isso.

537 O Sr. Presidente:- Então, a partir desse momento.

538 O Sr. Giácomo Clause (Gari):- Exato.

539 O Sr. Presidente:- Ok, então fica formalizado a partir desse momento. Aliás  
540 penso que esteja na internet, que todas as aprovações do Tribunal de Contas constam  
541 da internet. Segundo informações da Secretaria de Planejamento já se encontram na  
542 internet. É isso, Dr. Sérgio?

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

543 O Sr. Giácomo Clause (Gari):- Perfeito, só para confirmar essa informação.  
544 Outra coisa, como acompanho o Programa de Mudanças do IAP desde 2004, nossa  
545 instituição já recebeu várias vezes doações, mudas, etc., e é muito interessante ver que  
546 existe um valor agregado inclusive em nível internacional dessa quantidade, milhões  
547 de mudas, gostaria de saber, uma coisa que ninguém do IAP até hoje pode me  
548 informar, quantas dessas mudas estão vivas. Porque eu, por exemplo, já recebi mil  
549 mudas que estão no meu terreno e ficaram há cinco anos de receber visitas de  
550 monitoramento do IAP e da Emater que nunca recebemos essas visitas. Obrigado.

551 O Sr. Volnei Bisognin (Presidente do IAP):- Contratamos dois trabalhos de  
552 monitoramento. Primeiro deu 55% de mudas nativas e o segundo deu 63%. A quem  
553 cabe fazer o monitoramento desse plantio? A diferença do mata ciliar para os outros  
554 programas é que todos são parceiros. Então, temos 350 conveniados e todos são  
555 parceiros, mas a quem cabe o monitoramento? Primeiro a Emater e ao conveniado,  
556 temos 320 prefeituras conveniadas, na verdade o monitoramento caberia a elas, porque  
557 o que é o convênio? O IAP dá os instrumentos, deu carro, deu viveiro, deu semente e  
558 cabe à prefeitura, no convênio, a produção de mudas, a assistência Temática e o  
559 acompanhamento. Então, não cabe só ao IAP o acompanhamento, até porque não  
560 teríamos perna para fazer um programa desse tamanho, não teríamos perna nenhuma  
561 para fazer um monitoramento, são 130 mil produtores rurais que já plantaram. Então,  
562 cabe àquele que está no convênio.

563 Muda nativa não é pínus, não é eucalipto, tem suas dificuldades, tem o  
564 replantio, tem os tratamentos culturais, coroamento, a roçada, mas hoje podemos afirmar que  
565 60% das mudas, através do trabalho realizado já que contratamos, evidentemente que  
566 aquele que cuida mais chega mais longe, mas num plantio de nativas 60% é um  
567 número bem razoável. Se fosse um reflorestamento de eucalipto teria que ser 95%,  
568 reflorestamento de eucalipto se der 80% tira-se tudo e planta-se tudo de novo. Então,  
569 nativas 60% está bom e acompanhamentos hoje, temos os dados dos voos, do  
570 monitoramento, então podemos avaliar várias regiões que tem essa recuperação. Claro  
571 que temos um longo caminho ainda a cumprir, estimamos que temos um déficit de  
572 mata ciliar de 500 milhões de mudas que não é só mudas, é a regeneração natural, são  
573 as estacas para os pássaros sentarem, então tem várias formas de recuperação. A muda  
574 é apenas uma delas. Muitas dessas recuperações são através do próprio isolamento que  
575 a natureza se encarrega, mas nossa média hoje é de 60%.

576 O Sr. Presidente:- Entendido? Ok, então representante da Secretaria de  
577 Agricultura e na sequência representante do Mater Natura, e encerramos essa fase para  
578 passarmos para a fase da próxima apresentação que é referente ao Comitê de Bens  
579 Lesados.

580 O Sr. Adriano Luiz Reisemberg (SEAB):- É um pedido de esclarecimento que  
581 quero fazer ao Presidente, à Secretaria, porque foi citado que neste grupo gestor do

TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

582 FEMA há composição da SEAB. Até anticipo minhas desculpas se a falha é de  
583 comunicação interna, mas quem participa representando a SEAB, o Secretário  
584 especificamente?

585 O Sr. Presidente:- O Secretário.

586 O Sr. Adriano Reisemberg (SEAB):- Obrigado.

587 O Sr. Presidente:- Entendido? Ok. Paulo Pizzi.

588 O Sr. Paulo Pizzi (Mater Natura):- Sr. Secretário, observando a apresentação,  
589 gostaria de parabenizar a utilização do FEMA em diversos e importantes programas de  
590 Governo e de fiscalização, mas complementando a sugestão da Vânia gostaria de  
591 atentar para uma proposta de inclusão de utilização dos recursos dos segmentos da  
592 sociedade civil. Temos alguns fundos estaduais como o do Estado de Goiás ou  
593 correlatos como FEHIDRO no Estado de São Paulo que anualmente ou bianualmente  
594 abrem propostas de editais públicos para a sociedade civil da utilização de recursos  
595 desses fundos. Aqui no Estado tivemos só duas propostas somente neste sentido, uma  
596 na transição entre Governo Lerner e o primeiro Governo do Roberto Requião, foi até  
597 abortada no meio, foi o primeiro edital público onde as propostas aprovadas não foram  
598 de nenhuma... Foram bastantes prefeituras findo até o final, e uma com êxito feito não  
599 com o recurso do FEMA, mas com recurso Paraná Biodiversidade recentemente com  
600 bons projetos abertos em sociedade civil. Então, fica essa sugestão em abrir um edital  
601 de projetos demonstrativos com recursos do FEMA para a sociedade civil.

602 O Sr. Presidente:- Essa sugestão será acatada de forma bastante especial.

603 O Sr. Volnei Bisognin (Presidente do IAP):- Só para complementar tivemos a  
604 TNC, temos principalmente com a Diretoria de Biodiversidade, vários projetos com  
605 ONG's mesmo, Mater Natura, TNC, e estamos fazendo o levantamento da cobertura  
606 florestal do bioma Araucária com a FUPEF. Claro que nós hoje, como colegiado de  
607 multas, visamos à recuperação do dano e com projetos ambientais. Quem pode  
608 apresentar pela nossa lei? Só entidades públicas. Estamos discutindo se podemos abrir  
609 para ONG's, acho que até pode, mas teremos que mudar nossa portaria, porque hoje se  
610 tiver um projeto aprovado em qualquer região, Apucarana, Guarapuava, um projeto de  
611 recuperação ambiental, de uma ONG's tentaremos incluir no colegiado de julgamento  
612 de multa. É aí que pode entrar sim as ONG's, mas teremos que alterar nossas portarias  
613 para ver se a ONG's poderá participar dessa apresentação de projeto.

614 O Sr. Paulo Pizzi (Mater Natura):- Só uma complementação, Sr. Secretário.  
615 Não sei a evolução que houve nesse sentido, se houve alguma implementação nova,  
616 mas como citei já houve utilização do recurso do FEMA nesses editais. Eu estava  
617 mencionando editais públicos e não um pontual e específico convênio com  
618 determinada organização.

619 O Sr. Presidente:- Muito bem. Passada a fase das manifestações, que já ocorreu,  
620 passamos a palavra à Dra. Ednéia para falar sobre o Comitê de Bens Lesados, que

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

621 também é outro marco histórico em nossa gestão e que já vinha sendo aguardado pelos  
622 setores há muito tempo.

623 A Sra. Ednéia:- Hoje vou falar sobre o Comitê de Recuperação de Bens  
624 Ambientais Lesados. É um nome pesado, mas a lei trouxe essa nomenclatura. Só para  
625 esclarecer, até eu chegar ao Comitê de Recuperação de Bens Ambientais Lesados, para  
626 entender como ele procede, coloquei algumas situações para mostrar que este Comitê  
627 faz parte do Fundo Estadual do Meio Ambiente. Ele foi criado juntamente com a  
628 arrecadação das multas, mas ele é diferenciado dentro da lei. Então, a mesma lei que  
629 regulamenta a questão das multas ambientais também regulamenta o Comitê de Bens  
630 Ambientais Lesados, que é a Lei Estadual 12.945/2000, e o decreto que a regulamenta  
631 é 3240/2000.

632 Como o Presidente do IAP já havia colocado, esta lei veio justamente naquela  
633 explosão que houve com a Repar. Nós não tínhamos como recolher essa multa e essa  
634 multa ia direto para a fonte do Tesouro, então, no apagar da luz, conseguimos fazer  
635 com que essa lei fosse aprovada e o decreto instituído e assim conseguimos, na época,  
636 aqueles 40 milhões da multa da Repar.

637 Origem dos recursos. A origem dos recursos está disposta na lei, no Artigo 2º e  
638 está em duas situações, uma são as multas ambientais administrativas e as sanções  
639 judiciais. As sanções judiciais aqui se referem à dívida ativa, são as execuções  
640 judiciais e também outras descritas como os orçamentos, fontes de outros recursos,  
641 doações, enfim. Esse primeiro item é o que o nosso Presidente já havia colocado que  
642 são as multas ambientais administrativas, que é o peso aonde realmente o dinheiro cai.  
643 Com relação à segunda origem é de condenação e ações civis públicas relativas às  
644 questões ambientais, esse item é que vou tratar daqui para frente. Ele se refere a danos  
645 ambientais onde tanto o Estado quanto o Ministério Público entram com ações civis  
646 públicas e as condenações dessas ações dão origem a esses recursos.

647 Quem administra o FEMA? Já foi falado e só estou repetindo uma coisa que já  
648 foi colocada, quem administra o FEMA é o IAP. A lei diz que quem o administra é o  
649 IAP . Quem aprova a aplicação dos recursos do FEMA? São dois momentos. Com  
650 relação às multas ambientais, já foi dito é o Conselho de Administração do IAP; com  
651 relação às condenações em ações civis públicas relativas às questões ambientais, quem  
652 aprova a aplicação destes recursos é o Comitê de Recuperação dos Bens Ambientais  
653 Lesados – que é este item que vou começar a falar daqui para frente.

654 Então, vejam o decreto instituiu o Comitê de Recuperação dos Bens Ambientais  
655 Lesados. E a composição desse Comitê estava prevista em legislação e compõe pelo  
656 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Presidente, um  
657 representante da Procuradoria Geral do Estado, um representante do Instituto  
658 Ambiental do Paraná – IAP, um representante do Instituto das Águas do Paraná, um  
659 representante do Ministério Público Estadual; e dois representantes de entidades que

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

660 atendam os requisitos nos termos da lei civil, que são as ONG's que têm em suas  
661 finalidades a proteção de meio ambiente.

662 Como foi instalado esse Comitê? É só um histórico, porque se pensar que  
663 demorou dez anos para instalar um Comitê, mas essa é a realidade. Só agora em  
664 16/06/2010 é que foi instituído o Comitê. Ele havia sido criado pelo Decreto, mas até  
665 então nunca se preocupou em regulamentar, até porque os recursos não são muitos.  
666 Essas ações civis públicas se original, como já disse, do Estado e do Ministério  
667 Público, mas o Estado, que nesse a autarquia IAP, não tem fôlego para estar fazendo as  
668 ações. Então é muito pouco que se tem nesta conta Comitê de Recuperação de Bens  
669 Ambientais Lesados.

670 Então foi instituído agora, foi instalado. Foi criado anteriormente, mas só foi  
671 instalado agora e o que aconteceu de lá para cá? Foi reunido o Comitê, o Comitê  
672 procurou elaborar um Regimento Interno e a partir do Regimento Interno procurou  
673 fazer ainda um manual básico para a apresentação de projetos. O que esse recurso  
674 prevê? Financiar projetos em áreas degradadas, que é o que o Pizzi já havia falado com  
675 relação também ao outro recurso de multas ambientais. O FEMA como um todo  
676 financia projetos. Então o Regimento Interno do Comitê já foi elaborado, está em  
677 elaboração ainda o manual básico para apresentação de projetos.

678 E o que estabelece o Regimento Interno do Comitê? Não coloquei aqui todo o  
679 regimento porque acho que isso é uma coisa meio maçante, mas o que prevê a  
680 estrutura interna? Prevê um Presidente – que é o Secretário, Vice-Presidente,  
681 Secretário Executivo, membros – esses membros são os que já estão postos no decreto  
682 e prevê Comissões Especiais para estudo desses projetos que serão apresentados para o  
683 Comitê. O Secretário Executivo temporariamente está sendo eu, em função que ainda é  
684 uma coisa provisória e já conhecia um pouco dessa matéria e acabei ficando, fui  
685 ficando e temporariamente estou eu como Secretária Executiva.

686 Objetivos do manual. O que pensamos quando começamos a elaborar o manual  
687 para estabelecer critérios de como usar e aplicar esses recursos. Já tivemos  
688 experiências no passado com a questão dos financiamentos de projetos especiais que o  
689 FEMA proporcionou no ano de 2003 e 2004 e vimos que as ONG's têm muitas  
690 dificuldades com relação à aplicação desse recurso. Houve 'n' problemas com relação  
691 ao Tribunal de Contas, por conta de equívocos na prestação de contas ou no gastar o  
692 recurso. Então, resolvemos elaborar um manual para estabelecer a forma de gastar esse  
693 dinheiro, no que gastar.

694 O objetivo do manual é transmitir aos executores de projetos apoiados pelo  
695 FEMA, as orientações para elaboração de projetos e execução de convênios ou termos  
696 de parceria, bem como informar a legislação pertinente e normas de aplicação de  
697 recursos.

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

698 Quem pode receber recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente/Comitê de  
699 Recuperação dos Bens Ambientais Lesados - Fema/Comitê? Podem receber:  
700 Administração Pública Direta e Indireta, de âmbito Federal, Estadual e Municipal;  
701 Organizações Não Governamentais - ONGs, Organizações Sociais - OSs,  
702 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e, enfim, Entidades  
703 Civis Sem Fins Lucrativos e que tenham por finalidade a atuação na área do meio  
704 ambiente;

705 Perfil das propostas. Devem ter por objetivo a recuperação e a reparação de  
706 bens, promoção de eventos educativos, edição de material informativo, e que de modo  
707 específico estejam relacionados com a natureza da infração ou do dano causado ao  
708 meio ambiente.

709 Prazo para apresentação de propostas. No manual prevê que o prazo deve ser  
710 estabelecido em edital específico pelo FEMA/Comitê de Recuperação de Bens  
711 Ambientais Lesados.

712 Limite de valor para apoio aos projetos também estará especificado ano a ano,  
713 até para avaliar a questão dos recursos que não são muitos.

714 Projetos que podem ser apoiados pelo Comitê. Aqui são exemplos que temos de  
715 projetos que poderão ser apoiados: Implantação ou preservação de parques ambientais;  
716 recuperação, preservação e manejo de áreas naturais degradadas ou alteradas e de  
717 áreas de preservação permanente; construção de obras de infraestrutura de acordo com  
718 a unidade de conservação; projetos educativos que envolvam atividades de cunho  
719 informativo e educativo, por meio da elaboração de material informativo, cartilhas,  
720 realização de eventos que versem sobre o meio ambiente, com vistas à conscientização  
721 da população sobre seus direitos e seus deveres.

722 Aqui coloquei uma observação com relação à questão dos projetos: projetos de  
723 meio ambiente apresentados ao FEMA devem ser voltados exclusivamente para  
724 reparação de danos ambientais e devem conter fundamentação embasando as medidas  
725 de restauração ou recuperação ambiental ou de remediação, no caso de áreas  
726 contaminadas. As propostas devem ser avaliadas e demonstradas tecnicamente, no  
727 caso específico, garantindo-se que sua implantação promova, necessariamente, a  
728 melhoria da qualidade ambiental. Por que foi colocado dessa forma? Isso é para  
729 focarmos que realmente esse recurso veio de condenação de ações civis públicas, veio  
730 de ações que eram de áreas degradadas e aquelas específica área que era a demanda da  
731 condenação já é obrigação do poluidor reparar, mas houve uma condenação em  
732 valores, então esse destino tem que ser voltado a novas áreas degradadas. Desta forma  
733 estamos focando exatamente o que? Os projetos apresentados têm que visar uma  
734 recuperação ambiental diretamente ou indiretamente.

735 Aqui uma observação que eu coloquei só para vocês terem conhecimento de  
736 que o FEMA possui duas contas correntes distintas. Uma conta corrente é que

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

737 estávamos falando até o momento com relação às multas administrativas e as  
738 inscrições de dívida ativa, as execuções judiciais. E uma segunda conta é a do Comitê  
739 de Recuperação de Bens Ambientais Lesados. O valor hoje dessa conta está em R\$  
740 216.000,00. Durante esses dez anos essa conta sempre existiu e aos poucos foi sendo  
741 alimentada. Num total de dez anos temos duzentos e dezesseis mil. O recurso nunca  
742 foi gasto, porque o Comitê nunca foi instituído e só pode ser gasto a partir do  
743 momento que o Comitê dá aval para gastar esse recurso, tem que haver um plano de  
744 aplicação como existe também nas Multas ambientais administrativas. Mas o  
745 colegiado que atua nesta segunda conta é o Conselho de Administração do IAP. Já o  
746 colegiado que atua na conta do Comitê de Recuperação de Bens Ambientais Lesados é  
747 essa que acabei de apresentar. E essa conta, anos após anos, é feita a prestação de  
748 contas junto ao Tribunal e sempre entra em restos a pagar no total sempre daquele  
749 valor. Isso é uma coisa que sempre acompanhei e é verídico esse valor aí.

750 Existe um saldo junto ao Ministério Público que ainda não o temos  
751 oficialmente, o Saint-Clair já nos repassou em *off* aproximadamente 240 mil reais que  
752 não foi depositado nesta conta, até porque o Ministério Público tinha certa ressalva  
753 com relação ao Comitê, nunca havia sido instituído e ele não ia colocar um dinheiro lá.  
754 Até acho que se pensou que poderia ser utilizado em outras fontes que não a do  
755 Comitê. Mas acreditamos que esse valor pode subir, porque até o momento o  
756 Ministério Público do Estado como um todo desconhece esse Comitê. É uma coisa que  
757 não foi divulgada, no interior se faz muitos acertos com relação à questão das próprias  
758 multas ambientais que ao final, vou dar um parêntese aqui para explicar como ela  
759 funciona. Quando há multa ambiental administrativa é pago direto no caixa do Estado,  
760 mas essa multa gera três consequências: 1) Gera multa administrativa ambiental; 2)  
761 Multa penal; 3) Multa cível. E é feita da seguinte forma? Quando o IAP autua  
762 encaminha uma cópia dessa multa ao Ministério Público. Lá gera um inquérito penal.  
763 Nesse inquérito penal na maioria das vezes é feito com cestas básicas, às vezes se trata  
764 de coisas pequenas. Quando são coisas grandes, lá o próprio Ministério Público  
765 seleciona e entra com ação civil pública, um pouco diferenciada. Daí é a ação penal  
766 em si que entram esses valores um pouco maiores, mas quando não, a maioria das  
767 multas que geram inquérito penal, a transação é feita em audiência simples e gera cesta  
768 básica, gera alguma condenação nesse nível. Às vezes entra recursos na faixa de mil  
769 reais, dois mil reais que tem até entrado nesse valor de 216 mil. Mas acreditamos que a  
770 partir do momento que terminarmos, que conseguirmos elaborar esse manual e  
771 conseguirmos divulgar esse Comitê para o Ministério Público do interior acho que a  
772 coisa poderá fluir melhor. Mas nesse meio tempo, nesse período que estamos desde  
773 junho trabalhando a nossa meta é fazer com que esse Regimento Interno seja aprovado  
774 e que esse manual possa terminado para que no ano seguinte comece fluir o  
775 financiamento desses projetos. Se conseguirmos este ano montar esse manual e tê-lo

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

776 como norte, porque ali conterà o que pode ou não gastar, aonde gastar e até em nível  
777 de detalhamento o manual vai dizer às rubricas que poderão ser usadas e dirá qual  
778 capital ou investimento ou custeio que poderá ser usado, porque sentimos que tem  
779 muita dificuldade nessa área. É um manual detalhado mesmo para que ano que vem  
780 possamos começamos a publicar editais e financiar projetos nessa área.

781 Outra coisa que gostaria de colocar aqui, até o Paulo Pizzi levantou em nossas  
782 reuniões, dois representantes de ONGs foram tirados aqui do Conselho. Então,  
783 participam Mater Natura e o IDEA. Antes era a Gari que pediu para sair e hoje o IDEA  
784 participa. Então, temos dois representantes de ONG's trabalhando conosco nesse  
785 projeto. Evidente que nesses projetos terão que ser especificamente convênios,  
786 contratos não teremos condições de fazer. Nossa preocupação e da ONG era que  
787 convênio é a maior dificuldade, porque nem sempre a ONG tem certidão negativa ou  
788 consegue ter um técnico específico para trabalhar em como gastar o seu recurso. O  
789 problema está em si na questão da prestação de contas e na questão de como gastar. O  
790 contrato seria mais simples, mas como a lei já atrelou, a lei que criou o FEMA já  
791 atrelou a convênios não temos como sair disso. O próprio Tribunal de Contas já nos  
792 orientou que realmente repasse de recursos para financiar projetos só mediante  
793 convênios. Essa é a parceria ou teria que se fazer uma licitação para estabelecer  
794 contratos, sem isso não conseguiríamos fazer. Enfim, esse é o Comitê de Recuperação  
795 de Bens Lesados que está saindo do papel.

796 O Sr. Presidente:- Inicialmente agradeço a sua presteza nessa didática  
797 explanação feita, Dra. Ednéia, caso tenha algum eventual esclarecimento podemos  
798 encaminhar. Podemos dar prosseguimento à nossa reunião, então.

799 Inicialmente, após as apresentações tanto do FEMA quanto do Comitê de  
800 Recuperação de Bens Lesados, solicito ao plenário certo grau de escusas, porque  
801 muitas vezes não estamos apresentando dentro da profundidade desejado. Mas peço  
802 que considerem que é a primeira apresentação de um período reprimido de muitos  
803 anos. Então, claro que neste primeiro momento se torna um quanto difícil apresentar  
804 naquela profundidade que gostaríamos de apresentar também. Peço que considerem  
805 que está sendo apresentado e considerem isso como um marco histórico dentro das  
806 questões ambientais do Estado.

807 Dando prosseguimento à nossa pauta, estamos no momento dos informes. O  
808 primeiro item é referente ao grupo de trabalho que analisou as licenças ambientais  
809 sobre resíduos sólidos na Região Metropolitana de Curitiba. Faço a seguinte  
810 consideração, como a maioria das situações encontra-se ainda em procedimento  
811 judicial, e estamos em período pré-eleitoral e para que essas informações não sejam  
812 utilizadas de forma equivocada, informo que faremos o relato de forma mais completa  
813 na nossa próxima reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, face o assunto ser

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

814 bastante especial e o período também e dependemos ainda de algumas determinações  
815 judiciais que se encontram em curso.

816 Dando sequência, dentro dos informes, temos a Dra. Vânia com a pauta  
817 Faxinais, conforme inscrição.

818 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Gostaria, se o senhor permitisse,  
819 Presidente, de trazer um faxinalense para ele falar um minutinho e depois eu colocaria  
820 a minha questão.

821 O Sr. Presidente:- Muito bem.

822 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Sr. João, por favor.

823 O Sr. João:- Bom dia. É a primeira vez que venho a Curitiba conhecer as  
824 reuniões, fui convidado pela Dra. Vânia, moro em Prudentópolis, no interior, Faxinal  
825 Anta Gorda. Então, sinto que o Faxinal está se acabando, às vezes são aplicadas multas  
826 do IAP, mas o Faxinal está se acabando. Temos um caso muito sério, nossa cerca ficou  
827 presa dentro “daquele fechado” e não temos autorização para tirar aquela cerca para  
828 fecharmos o que é nosso. Não podemos acusar ninguém, nem o IAP, mas temos que  
829 ter uma resposta logo para continuarmos como faxinalense. Mora ali há trinta anos, eu  
830 morava em outro Faxinal, e ali já moro há trinta anos e pretendo ficar ali o resto da  
831 vida, porque ali tenho minha família, meus filhos e não queremos ir para a cidade.  
832 Queremos que continue aquele lugarzinho abençoado, fecharmos o que é da gente e  
833 continuarmos cuidando do mesmo jeito. Era isso que eu tinha a dizer.

834 Nunca fui convidado para participar de uma reunião em Curitiba, a gente fala e  
835 fala e fica do mesmo jeito, como se não fosse dado. Então fui convidado a vir aqui  
836 hoje, ontem estava em Guarapuava, tenho problema de saúde, mas como fui convidado  
837 esperei a oportunidade em dizer alguma coisa. Era isso que gostaria de dizer a respeito  
838 do meu faxinal, que se fosse tomada alguma providência, não multar todo mundo,  
839 quem deve e quem não deve, mas era bom o IAP ver de perto o que está acontecendo,  
840 por que o faxinal está se acabando, porque o povo mora ali e pretende morar, os novos,  
841 os de idade vão se indo, os novos ficam ali mesmo, então precisamos que o IAP fosse  
842 ao lugar mesmo. Era isso que queria dizer a respeito do meu faxinal, e se fosse  
843 possível gostaria de participar de mais reuniões, porque aqui vemos o debate, como é  
844 feito, então é uma coisa excelente. Muito obrigado. (Palmas).

845 O Sr. Presidente:- Sr. João agradeço sua participação e o senhor é sempre muito  
846 bem-vindo aqui em Curitiba em nossas reuniões, e até então o senhor estava sendo  
847 muito bem representado pelo ING, através da Dra. Vânia. Mas sua presença é  
848 fundamental. Obrigado e pena que o convite não ocorreu antes, Dra. Vânia, essa  
849 contribuição tão importante.

850 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Sr. Presidente, a questão é ainda  
851 aquela questão que tivemos na reunião passada dos sete alqueires que foram  
852 desmatados no faxinal, que é o faxinal onde o Sr. João mora e depois daqueles dias,

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

853 inclusive tenho que reconhecer que o IAP fez um trabalho, foi até o local, conseguiu  
854 verificar quem eram as pessoas que estavam cortando a madeira, só que infelizmente a  
855 celeridade que a própria justiça e a própria ação da fiscalização precisa ter não é a que  
856 temos na realidade. O Sr. João foi avisar que tinha mais uma área que estão cortando a  
857 lenha e agora já foi o trator de esteira de novo, no mesmo faxinal e conversei com o  
858 Juarez, que está aqui em Curitiba, o Juarez Bascoski, ele ligou para a Polícia  
859 Florestal, para a Força Verde em Guarapuava, eu mesma falei com o comandante da  
860 Força Verde, anteontem em Guarapuava, e o que ele me disse é que eles não têm carro  
861 para ir fazer a fiscalização. Daí ele me disse: “Olha, quando tiver carro eu vou!”.

862 O Sr. Presidente:- Qual o nome do comandante que a senhora falou.

863 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Posso lhe passar depois, tenho  
864 anotado.

865 O Sr. Presidente:- Isso, porque comandante fica muito amplo.

866 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- O Tenente de Guarapuava.

867 O Sr. Presidente:- Então, precisamos do nome com bastante presteza.

868 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- O Juarez me disse que eles  
869 estão com dificuldade com relação a carro na Força Verde em Guarapuava, que ele já  
870 fez algumas operações inclusive indo ao Faxinal do Sr. João com veículo do IAP.  
871 Então, precisamos que essa situação seja resolvida, porque em função dessa situação  
872 dos sete alqueires já veio notícia do Tijuco Preto, de uma área de dois alqueires e outra  
873 área também no Tijuco Preto em torno de quatro a cinco alqueires que estão tirando  
874 pinheiro. E infelizmente se não tomarmos nenhuma atitude, até estava comentando  
875 com eles na viagem, temos na verdade muita coisa para ser feita em meio ambiente,  
876 realmente. Mas temos apenas quarenta e quatro faxinais no Paraná e acredito que hoje  
877 se formos fazer um levantamento, esse levantamento de quarenta e quatro faxinais é de  
878 2004, devemos ter reduzido senão a metade um pouco mais da metade. São  
879 comunidades tradicionais que têm uma forma de vida diferente, como o Sr. João  
880 explicou, e que eles não querem ir para a cidade, mas estão sendo forçados a ir, porque  
881 a área deles é boa para plantio, é boa para plantar exótica, tanto que neste caso do  
882 Tijuco Preto a mulher tirou a nativa e está plantando eucalipto. Lá na região dá plantar  
883 soja, se não tomarmos alguma medida, é fundamental que façamos alguma coisa  
884 porque senão iremos assumir historicamente o papel que soubemos de tudo o que  
885 acontece e não fizemos nada.

886 E analisando um pouquinho das contas do fundo, embora acredito que tenha  
887 orçamento para a Força Verde dentro do orçamento do Estado, temos que olhar que  
888 tivemos seis milhões e oitocentos mil em cinco anos, dá um milhão e trezentos, é  
889 pouco recurso, por ano. E o que o Gava falou, embora seja recurso do Estado, são  
890 vinte e cinco milhões para construir o Jardim Botânico, nós temos um Jardim Botânico  
891 nos Faxinais só que está sendo destruído e o pouco remanescente que temos de floresta

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

892 com araucária lá realmente está acabando e, com mais um agravante, que é a questão  
893 da gestão do recurso. Estamos terminando agora um projeto com a Fundação O  
894 Boticário.

895 O Sr. Presidente:- Gestão de qual recurso?

896 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Do ICMS Ecológico. A questão  
897 do ICMS Ecológico, tenho até que me penitenciar na questão dos pagamentos de  
898 serviços ambientais que estou como Presidente, recebi um ofício que seria outra  
899 pessoa e agora fico meio assim, porque temos que fazer uma reunião para falar sobre  
900 isso, mas dentro dos municípios, e especificamente Prudentópolis que é onde eu  
901 trabalho e conheço, várias pessoas que estão gerindo recurso na comunidade são as  
902 pessoas que têm fornos de carvão, são as pessoas que trabalham com o desmatamento.  
903 Eu falei com o Juarez, disse: “Acontece assim, não sei nos outros municípios, mas lá é  
904 assim. Muda o prefeito, muda o representante da comunidade perante o recurso de  
905 ICMS. Evidentemente que é o cabo eleitoral daquele prefeito que ganhou, acho que  
906 isso é mais do que óbvio, você não vai pôr uma pessoa que não é da sua confiança,  
907 como diz povo. Aliás, tenho uma história interessante sobre isso. Então quando a  
908 comunidade vê os recursos serem gerenciados por pessoas que estão depreciando,  
909 acabando com o meio ambiente, ela não vê mais razão de manter o seu faxinal. E os  
910 recursos do ICMS não podem só serem destinados a cercas, arames e coisas que são  
911 básicas, porque isso a vida inteira irá precisar.

912 O Sr. Presidente:- A destinação desses recursos sempre fica a critério do  
913 município, não é?

914 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- A critério do município.

915 O Sr. Presidente:- É uma questão de gestão e de representatividade junto ao  
916 município.

917 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Sim.

918 O Sr. Presidente:- Uma vez que o Estado infelizmente ainda não tem como  
919 direcionar essa aplicação, infelizmente. Mas convido, vamos fazer o seguinte,  
920 determino que o IAP numa reunião ainda hoje, juntamente com o representante do  
921 ITCG e com o ING, para tratar dessa situação mais uma vez e para que os faxinais  
922 mudem a posição de vítima para gestores junto conosco nesse programa. Então, às  
923 14h, Presidente Volnei? Então, às 14h, a senhora está convidada a comparecer lá para  
924 que este assunto seja discutido de uma forma mais específica, mais ampla, e  
925 solicitamos uma participação do ING e a comunidade como um todo no sentido da  
926 gestão da situação.

927 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Era isso que gostaríamos que  
928 acontecesse realmente.

929 O Sr. Presidente:- Dra. Ednéia.

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

930 A Sra. Ednéia:- Só para esclarecer, Secretário. É que a Lei do ICMS Ecológico  
931 prevê destinação desta verba específica para recuperação ambiental. Ela é meio que  
932 carimbada, o município não pode desviar o recurso.

933 O Sr. Presidente:- Gostaria de ouvir o Dr. João Samek, que foi um dos autores  
934 dessa legislação.

935 O Sr. João Samek (Instituto das Águas do Paraná):- A questão da destinação  
936 dos recursos por força até de uma vontade que o Estado tinha na época na  
937 implementação da lei, até fez questionamentos junto à PGE de que maneira ele poderia  
938 ter um controle maior a respeito desse recurso. Na realidade como é um dinheiro que é  
939 distribuído dos 25% e os municípios têm direito na redistribuição do ICMS, então fica  
940 por conta do município, dentro do seu planejamento anual, a aplicação de todo o  
941 recurso que ele recebe. Como se trata de uma questão de uma vertente ambiental,  
942 então é claro que todo aquele trabalho que o IAP faz junto da questão do  
943 monitoramento das áreas, se vier a ser constatado algum tipo de degradação, o índice  
944 do próximo ano pode diminuir a tal ponto que se por acaso essa área atinja um valor de  
945 degradação, pode ser inclusive tirado da contemplação do município. Mas o município  
946 tem que ter essa preocupação e essa responsabilidade de fazer uma reaplicação desse  
947 dinheiro nessa área, uma vez que recebe por esse motivo.

948 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Só para complementar essa  
949 questão, na verdade a legislação prevê que o recurso tem que ser utilizado com a, não é  
950 bem uma gestão, mas com a opinião da comunidade sendo levado em conta, só que a  
951 grande questão dos municípios é que eles dizem que esse dinheiro cai num caixa  
952 comum e aí o gasto é feito... Lá em Prudentópolis conseguimos fazer uma legislação,  
953 que em princípio era 70%/30, 30% o município poderia gastar como quisesse e 70%  
954 ele tinha que gastar obrigatoriamente nas comunidades, mas depois a prefeitura pegou  
955 50% para ela e 50% para a comunidade, mas a grande questão é que se tem que  
956 gerenciar o recurso de uma maneira que isso possa melhorar a qualidade de vida que é  
957 o objetivo do decreto, melhorar a qualidade de vida dessa população e melhorar as  
958 condições ambientais e que de fato na prática não acontece, porque tem viveiro dentro  
959 do faxinal fazendo muda de pínus e eucalipto para plantar dentro do faxinal.

960 Então, essas questões e aí entra uma tábua de avaliação que leve em conta a  
961 questão socioeconômica e ambiental dentro do faxinal e talvez uma forma de gerenciar  
962 o recurso para que isso de fato mantenha essas comunidades vivas, porque quando  
963 você meramente só muda o índice e diminui o índice: “Ah, não tem mais isso, não tem  
964 mais aquilo, diminui o índice, corta o recurso”. O município não quer esse recurso  
965 para ele, porque é mais uma encheção de saco, para usar bem a expressão chula que  
966 eles usam. Isso só incomoda. Então, no lugar de melhorara comunidade é melhor  
967 baixar o índice e perder o dinheiro, porque é pouco. São trezentos e poucos mil reais  
968 por ano no município, o próprio Secretário disse isso esses dias: “Trezentos mil não dá

TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

969 para fazer nada”, mas com trezentos mil reais o ING conseguiu organizar 128  
970 produtores, mudando assistência, comprando dois carros, vamos ficar com dois carros  
971 fazendo coleta.

972 O Sr. João Samek (Instituto das Águas do Paraná):- Essa questão pode ser  
973 tratada na reunião, dentro dessa observação se por acaso o município está abdicando  
974 disso que traga, por favor, escrito ao IAP, porque os outros municípios estão querendo,  
975 mesmo que seja dez reais. Eles ficarão muito agradecidos.

976 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Tenho certeza que sim, mas  
977 quando há um interesse político para que não tenha floresta é outra história.

978 O Sr. Presidente:- Muito bem. Acho que cada comunidade tem a sua  
979 apresentação, tem sua discussão, obviamente que o Estado com poder normatizador  
980 algumas vezes está à disposição para auxiliar nesta questão. Como o nosso tempo está  
981 se esvaindo, temos o próximo item que é a Tribuna Livre, uma vez que os facheais,  
982 penso que a informação já foi dada pelo atendimento da solicitação da Dra. Vânia.

983 O próximo item: Tribuna Livre. Inscritos Sr. Roberto Gava e o Dr. Giácomo.

984 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- O senhor me desculpe, mas quero levantar uma  
985 Questão de Ordem, quero me manifestar a respeito dos faxinais.

986 O Sr. Presidente:- A solicitação foi feita pela representante do ING para que só  
987 ela falasse sobre este assunto, não sei se é o momento de estabelecermos um amplo  
988 debate sobre os faxinais, uma vez que o assunto será tratado hoje no IAP, às 14h, de  
989 uma forma bem prática e objetiva. Minha sugestão é para que possamos passar para a  
990 Tribuna Livre já na sequência e neste espaço o senhor possa se manifestar também.

991 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- O senhor aceita uma Questão de Ordem?

992 O Sr. Presidente:- Encaminhe.

993 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Então, quero dois minutos para me manifestar  
994 sobre o faxinal.

995 O Sr. Presidente:- Concedido dois minutos.

996 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Está na ata anterior, inclusive fiz uma observação  
997 que faltou a letra ‘D’ no REDD, por quê? Porque lá já falei que o Projeto de Lei  
998 Federal, que está a cargo da Deputada Rebeca, quer contemplar o desmatamento,  
999 REDD – Remuneração de Desmatamento Evitado. Parece-me que o faxinal se  
1000 enquadra perfeitamente aí e não está sendo contemplado de forma nenhuma. Já mandei  
1001 a minuta para a Dra. Vânia, com algumas sugestões, e acho que nesta reunião à tarde  
1002 este assunto deve pontuar prioritariamente a questão. E, segundo me consta, já houve  
1003 uma reunião em Brasília com os Secretários de Estado de Meio Ambiente para discutir  
1004 especificamente o REDD. Se houve, talvez o senhor nos possa noticiar, se não houve  
1005 fica um apelo aqui de levar a questão dos faxinais como prioridade dentro do Projeto  
1006 de Lei, que só está contemplando remunerar os índios. Até onde eu sei, morador do  
1007 faxinal ainda não é índio. De modo que fica o meu registro.

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

1008 O Sr. Presidente:- Certo. Obrigado, Dr. Gava, por ter atendido os dois minutos  
1009 concedidos e peço à Secretaria Executiva deste Conselho que elabore um expediente  
1010 fazendo essa sugestão à parlamentar citada, claro após a reunião que ocorrerá hoje às  
1011 14h. Peço que entre em contato com a Presidência do IAP, Dra. Vânia, para que saia  
1012 com uma sugestão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. E quanto essa reunião  
1013 com o Secretário de Estado, pelo o que vimos, ocorreu antes da nossa posse, 07 de  
1014 abril. São as informações que tivemos. Então, nós não nos fizemos presentes até por  
1015 não estarmos no cargo à época.

1016 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Sr. Presidente, Questão de  
1017 Ordem. Não com relação aos faxinais, porque tinha sugerido a criação de uma Câmara  
1018 com relação aos recursos do FEMA, uma Câmara para fazer uma avaliação disso e  
1019 propostas, sugestões do gasto do recurso. O Gava tinha me apoiado nesta proposta,  
1020 acho que o Paulo também, não sei se isso seria discutido hoje ou depois.

1021 O Sr. Presidente:- Peço que essa proposta passe por uma reflexão maior, até  
1022 para que a proposta seja encaminhada em termos de quantos integrantes, quais seriam  
1023 os representantes, em forma de minuta para que essa Plenária possa apreciar na  
1024 próxima reunião e deliberar.

1025 Passamos à Tribuna Livre. Temos inscritos o Dr. Giácomo e o Dr. Gava.

1026 O Sr. Giácomo Clause (GARI):- Estarei representando no próximo mês, em  
1027 outubro, em Nagoya no Japão, quando as proposta que Grupo Ambientalista tem de  
1028 projetos para o próximo ano, principalmente a continuação do projeto de expedição do  
1029 Rio Iguaçu do qual saímos do Porto Amazonas e vamos ao trecho navegável do Rio  
1030 Iguaçu até São Mateus do Sul, já com parceria há cinco anos com o Instituto  
1031 Ambiental do Paraná, que faz as análises das águas. Esses relatórios estão à disposição  
1032 no *site* do Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu. Então, como percebi que não foi citado  
1033 até agora, nem na Ata passada e nem nessa reunião, a ocorrência da COP como  
1034 conferências das partes, e o Paraná sempre participa, gostaria de uma posição do  
1035 Conselho Estadual do Meio Ambiente e dos participantes desta reunião em relação a  
1036 essa mensagem desse Conselho para a COP 10 no Japão. Muito obrigado.

1037 O Sr. Presidente:- O Paraná se fará representar nesse evento em Nagoya,  
1038 possivelmente pelo Presidente do IAP e pelo Secretário Estadual de Planejamento, em  
1039 função de estarmos com outra agenda previamente determinada pelo Governador.  
1040 Estava também prevista a participação do Governador, mas em função de outras  
1041 agendas emergenciais, posso dizer assim, no momento de fechar os calendários não  
1042 será possível. Então, o Paraná se fará representar sim e levará o manifesto que foi  
1043 encaminhado por este Conselho.

1044 Passamos o espaço ao Dr. Gava.

TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1045 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Em primeiro lugar gostaria que este Conselho  
1046 fosse informado como está a solução do problema de contratação de mais técnicos  
1047 para o IAP, SEMA, Ipaguas, ITCG, que consta inclusive em Ata essa providência.

1048 O Sr. Presidente:- Posso ir fazendo os esclarecimentos de forma simultânea.  
1049 Quanto à contratação, o processo hoje está no gabinete da Secretária de Administração  
1050 para despacho final, a nossa Diretora Geral tem acompanhado diariamente esse  
1051 posicionamento e ressalto que os técnicos serão para a SEMA, para o IAP e para o  
1052 Instituto das Águas do Paraná, uma vez que o Ipaguas inexistente. Não temos como  
1053 contratar para o Ipaguas e para o Instituto das Águas do Paraná. O ITCG já vem sendo  
1054 contemplado nas últimas contratações, penso que dentro em breve, finalizando essa  
1055 tramitação, já podemos anunciar quais serão os técnicos e o número definitivo. Esta  
1056 parte está bem encaminhada e até agradeço o seu apoio e seu interesse tendo colocado  
1057 a FIEP à disposição para uma eventual gestão nesse sentido. Agradecemos.

1058 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Porque realmente é uma preocupação de toda a  
1059 sociedade em ter um IAP funcionando eficazmente para o bem do ambiente e para o  
1060 bem da coletividade, como um todo.

1061 Também solicitamos uma manifestação do Sr. Secretário Executivo a respeito  
1062 da questão de coprocessamento. Ele, na reunião anterior, fez uma condenação  
1063 veemente dessa atividade e para a FIEP o coprocessamento é uma maravilhosa  
1064 solução, é como a democracia, dos piores é o melhor processo para a resolução dos  
1065 resíduos. Já tivemos uma sessão específica desse Conselho para esclarecimento do  
1066 coprocessamento, os dados estão disponíveis no *site* e não estamos aceitando essa  
1067 posição exatamente do Secretário Executivo. Parece-me que tenhamos que fazer uma  
1068 nova rodada de esclarecimentos para que o assunto seja devidamente esclarecido e nós  
1069 mudemos a posição de alguns técnicos que são radicalmente contra, mas vemos que há  
1070 outra solução para a eliminação de resíduos. A incineração, que está na Ata anterior,  
1071 dois caminhões que saíram com BHC no Paraná ficaram dois a três meses  
1072 estacionados, porque a população do Rio de Janeiro, Belford Roxo senão me engano,  
1073 não aceitou que esses caminhões de BHC chegassem até o incinerador. Incinerar é  
1074 uma coisa anterior ao coprocessamento, incinerar gera cinza e essa cinza será jogada  
1075 em algum lugar. O coprocessamento aproveita inclusive a cinza de qualquer bem  
1076 processado nesta atividade.

1077 O Sr. Presidente:- Em relação à constatação do nosso Secretário Executivo creio  
1078 que não tenha feito uma condenação, até porque ele não tem poderes para tanto, não se  
1079 trata de um magistrado, talvez alguma colocação de certa forma questionável e no  
1080 momento de assuntos gerais ele fará o devido ajuste na sua colocação, conforme ele já  
1081 havia solicitado.

1082 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Outra manifestação, outro ponto a ser levantado, é  
1083 que se pense numa Câmara Recursal dentro deste Conselho para ajudar inclusive

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

1084 dirimir as eventuais dúvidas que haja sobre aplicações de multa. Temos isso no  
1085 Conama, temos isso em outros Conselhos Estaduais, de modo que proponho que se  
1086 pense, não vamos votar uma solução hoje, mas fica lançado o assunto para reflexão.

1087 Outro item, e consulto o Presidente da nossa Câmara Temática de Controle de  
1088 Qualidade Ambiental se é possível nesta Câmara criar um GT específico para análise  
1089 das contas do FEMA, porque aí já fica praticamente autorizado a criação desse GT.

1090 O Sr. Presidente:- Penso que GT específico para análise não podemos sobrepor  
1091 as funções do Tribunal de Contas, as análises já foram previamente analisadas. Agora,  
1092 um Comitê para apreciação das contas eu penso que sim, pode ocorrer, desde que não  
1093 se transforme numa enorme assembleia, que seja formado por pessoas que tenham a  
1094 devida capacidade e conhecimento para proceder essa análise, porque não terá sido  
1095 uma análise simples, é uma análise complexa, não só em termos quantitativos mas  
1096 qualitativos também. Peço que isso seja formalizado para que venha ser apreciado na  
1097 nossa próxima reunião.

1098 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Inicialmente, Sr. Presidente, são essas minhas  
1099 manifestações. Obrigado.

1100 O Sr. Presidente:- Obrigado. Agradeço suas manifestações que sempre colabora  
1101 com o bom andamento dos nossos trabalhos, Dr. Gava.

1102 Passando ao segundo tópico, Assuntos Gerais, onde o nosso Secretário  
1103 Executivo, não magistrado, falará sobre a atuação do coprocessamento.

1104 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Gava, obrigado por me  
1105 lembrar que deveria falar e já estava agendado com o Secretário, seria realmente nos  
1106 assuntos gerais essa colocação.

1107 Primeiro, antes de entrar na questão do coprocessamento, gostaria de informar  
1108 este Comitê sobre a solicitação de análise das contas do FEMA, lembrando que temos  
1109 dentro do Regimento Interno uma Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente.  
1110 Então, cabe muito mais a essa Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente, e a  
1111 Dra. Vânia faz a Presidência e a coordenação dela, então poderia se dirigir à Dra.  
1112 Vânia, neste caso.

1113 Outro esclarecimento. Logo após a 77ª reunião ocorrida em 30 de junho deste  
1114 ano, quando falamos sobre o coprocessamento, fomos questionados sobre a fala e aí  
1115 fiz a análise do que foi dito pelo professor da USP e pelos demais membros,  
1116 palestrantes, naquele dia de 30 de junho de 2009, com coincidência há um ano exato, e  
1117 realmente o professor, fazendo a revisão do que foi apresentado pelo professor da  
1118 USP, Yoshiro, coloca sete indicadores para que pudéssemos fazer o coprocessamento,  
1119 essa eficiência de fornos de cimenteiras. Esse material todo está disponível na página  
1120 do CEMA, podem ser buscadas todas as palestras que estão lá os indicadores de  
1121 coprocessamento para a cimenteira, a questão dos gases, a questão das altas  
1122 temperaturas. Então, ele coloca de forma muito clara que é possível fazer o

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

1123 coprocessamento desses organoclorados dentro da cimenteira com alguns processos  
1124 controlados e o próprio Ministério de Meio Ambiente, através da Dra. Ana Paula  
1125 Pinho Rodrigues Leal, também coloca dessa possibilidade dentro das cimenteiras fazer  
1126 a destruição desses POP's, desde que controlada a questão das dioxinas e dos furanos.

1127 Então, dentro das palestras apresentadas no dia 30 de junho de 2009, os dois  
1128 palestrantes coloca de forma clara esta possibilidade dos fornos das cimenteiras  
1129 estarem fazendo a queima desses POP's, desses organoclorados, de maneira controlada  
1130 e monitorada 24h a questão da emissão desses gases. Seria até destruição térmica,  
1131 porque a alta temperatura de dois mil graus se faz a destruição.

1132 Então são só esses esclarecimentos, buscando essas palestras, espero que tenha  
1133 sido esclarecido. Gava, espero que tenha atendido o seu pedido e para que vocês  
1134 busquem no site do CEMA as palestras do professor e da Dra. Ana Paula Pinho, do  
1135 Ministério de Meio Ambiente. Obrigado.

1136 O Sr. Presidente:- Encerrado o espaço das inscrições da Tribuna Livre, os  
1137 inscritos assim já bem ocuparam, para considerações finais, o Dr. Sérgio,  
1138 representando o Secretário de Planejamento.

1139 O Sr. Sérgio Marchauek (Secretaria de Planejamento):- Gava, só queria colocar  
1140 que o Paraná que você quer nós já temos, que o Executivo já possui no Portal de  
1141 Transparência, já existe o portal com a prestação de contas. É só acessar que lá está o  
1142 portal de transparência apresenta todas as prestações com gastos e tudo o mais. A  
1143 assembleia não tinha outros órgãos, mas o portal do Governo no Executivo isso já  
1144 existe. Só para esclarecer.

1145 E mais uma questão, todos os gastos até vinte e cinco mil, como são informais  
1146 são feitos de maneiras, de coletas, e acima existe uma questão de autorização e são  
1147 obedecidas através da 8660, mais a lei estadual 15.608. Todas passam por esse  
1148 procedimento para que se dê continuidade. Obrigado, Sr. Presidente.

1149 O Sr. Presidente:- Agradeço seus esclarecimentos. Passamos, agora, para o  
1150 encerramento da nossa reunião, antes disso gostaria de ressaltar, visando dar  
1151 celeridade nos processos de licenciamento ambiental, estabelecemos convênio com o  
1152 Conselho Regional de Química e Conselho Regional de Biologia, nos moldes daquele  
1153 que já ocorre com o CREA no sentido de que os pedidos de renovação, licença de  
1154 instalação e licença de operação, quando protocolados, tendo como responsável  
1155 técnico um profissional desses Conselhos devidamente inscritos, registrados em rede  
1156 regular com seus Conselhos dispensam processo de vistoria inicial, tendo assim maior  
1157 celeridade. Então, é uma maneira que encontramos de aproximar um pouco mais as  
1158 entidades devidamente qualificadas no processo de gestão ambiental do Estado.  
1159 Iniciou-se com o CREA e entendemos que seria interessante, como foi, estendermos  
1160 isso aos demais Conselhos, até porque é difícil um único Conselho de classe ser  
1161 detentor de todo conhecimento técnico, uma vez que a área ambiental é bastante

**TRANSCRIÇÃO DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

1162 capilarizada e transversal, até para que se evite a hegemonia de algumas categorias  
1163 profissionais.

1164 Então, neste momento o IAP está formatando treinamento para os profissionais  
1165 dessas duas categorias e o nosso objetivo, volto a ressaltar, além da celeridade é que o  
1166 processo de licenciamento ambiental seja um processo mais participativo, como tudo  
1167 que estamos procurando fazer assim executar.

1168 As apresentações de hoje penso que tenham sido bastante claras, independentemente  
1169 de lanternas para localizar algumas informações como em momentos anteriores seriam  
1170 necessários. Agradeço a presença de todos, digo que a participação é fundamental para  
1171 a continuidade da construção desse processo ambiental todo no Estado e o que foi  
1172 determinado aqui e deliberado tem o seu grau de prática e de efetivação, espero  
1173 encontrá-los na nossa próxima reunião, que estamos ajustando o calendário com o  
1174 nosso Secretário Executivo. Então, desejamos a todos um bom dia e um bom voto no  
1175 domingo também. Obrigado pela participação.